

# PROPOSIÇÃO DE TESES PARA O II CONGRESSOS UNIVERSITÁRIO DA UNEMAT

## IDENTIFICAÇÃO

### 1. LINHA DE REFLEXÃO:

- ( X ) (I) Perfil Da Universidade ...
- (   ) (II) Políticas De Ensino De Graduação ...
- (   ) (III) Políticas De Pesquisa E Pós Graduação Em Ciência E Tecnologia ...
- ( X ) (IV) Estrutura Organizacional da UNEMAT ...
- ( X ) (V) Planejamento Institucional

### Gestão Democrática e Arranjo Institucional

### 2. JUSTIFICATIVA

*“O planejamento é um esforço humano permanente de ampliação da liberdade, no sentido de controlar e governar o curso das coisas, para não ser controlado e governado por elas”.*(Carlos Matus)

A universidade teve uma importância significativa no desenvolvimento brasileiro, especialmente a partir da década de 40 a 70 quando o *boom* de crescimento econômico é dirigido pelo ideário desenvolvimentista. É também um período de florescimento do planejamento no Brasil, com a instituição dos planos de desenvolvimento: Plano Trienal – Governo João Goulart (1961-1964), Plano de Ação Econômica – PAEG – Governo Castelo Branco (1964-1966), Plano

Estratégico de Desenvolvimento – PED – Governo Costa e SILVA (1967-1970), I Plano Nacional de Desenvolvimento – I PND – Governo Médici (1971-1974), II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND – Governo Geisel (1975-1978). Considerado auge do planejamento no país, esse período se encerra com o fim da ditadura e a crise inflacionária do início dos anos 80. Toda expansão do parque científico e tecnológico do Brasil das universidades se deu aí. As funções de produção de Ciência e Tecnologia, organizada principalmente nas universidades, uma vez que o desenvolvimento capitalista brasileiro foi tardio, fizeram com que as universidades se tornassem importantes instituições para o projeto desenvolvimentista em curso. A ideia de universidade era, portanto, utilitarista e submetida aos ditames governamentais e, sua expansão reflete o modelo de desenvolvimento desigual tanto do ponto de vista social quanto regional. Nesse sentido, as desigualdades perpassam o coração do sistema de ensino superior no Brasil, bem como o sistema de Ciência e Tecnologia. Essas desigualdades distinguem diferentes regiões do país a partir de suas funções na produção capitalista. Tal situação define em cada região diferentes tipos de universidades, com diferentes padrões de qualidade. Esta é uma contradição da qual a própria universidade não pode fugir, pois, enquanto produtora de cultura, ela se insere no campo de luta hegemônica ou, se quisermos utilizar um conceito de P. Bourdieu, no campo de lutas pela distinção social:

*“Enquanto aparelho de hegemonia, a universidade encontra-se sujeita ela própria a uma luta hegemônica que se desenvolve em seu próprio seio, o que explica muitas das crises de identidade desse aparelho. Ao contrário de outros aparelhos de hegemonia, a universidade encontra-se, no Brasil, no cruzamento da Sociedade Política com a Sociedade Civil, combinando de modo próprio a coerção com a hegemonia.”* (Cunha, 1988: 10).

As universidades públicas têm sido, no Brasil, importantes produtoras de C&T, no entanto, grande parte dos investimentos em C&T incidem sobre regiões restritas e contribui para desigualdades regionais ainda maiores. Torna-se um desafio o fortalecimento de iniciativas que possam alterar a realidade em favor de um tipo de desenvolvimento que signifique a melhoria das condições e dos direitos

das massas da população e a redução da “*distância entre os padrões de vida de abastados e não abastados*” (Sachs, 1993: 25), tanto do ponto de vista dos grupos sociais quanto das regiões do país. Superar esse quadro implica em democratizar os investimentos em Ciência & T, garantindo a excelência em ensino, pesquisa e extensão para todo o sistema, em todas as regiões do país. Uma política desse tipo serviria como instrumento de reversão do quadro perverso do sistema dual de ensino superior brasileiro: Para os mais abastados as boas universidades dos grandes centros, aos mais pobres escolas de terceiro grau precárias e/ou ensino privado. A definição de um padrão unitário de qualidade das universidades brasileiras e do ensino superior é, portanto, uma luta importante a ser empreendida dentro e fora da universidade.

A responsabilização do poder público pela definição de padrão mínimo de qualidade das IES's, com conseqüências sobre o financiamento público dessas instituições, é especialmente importante no caso das universidades estaduais e municipais, pois, o grande crescimento do ingresso no ensino superior se deveu, nos últimos anos, à expansão acelerada destas universidades, paralelo ao crescimento vertiginoso das instituições privadas, conforme podemos observar no quadro que segue:

Evolução do Número de Ingressos pelo Vestibular, por Dependência  
Administrativa - Brasil 1980-1998

Ano	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
1980	<b>356.667</b>	62.044	30.704	24.666	239.253
1981	<b>357.043</b>	63.039	36.113	28.111	229.780
1982	<b>361.558</b>	62.446	36.504	31.030	231.578
1985	<b>346.380</b>	60.443	37.418	25.883	222.636
1986	<b>378.828</b>	62.800	40.105	33.721	242.202
1987	<b>395.418</b>	60.498	44.322	29.217	261.381
1988	<b>395.189</b>	57.703	47.958	25.514	264.014
1989	<b>382.221</b>	58.491	43.074	23.438	257.218
1990	<b>407.148</b>	57.748	44.470	23.921	281.009
1991	<b>426.558</b>	69.279	47.685	25.893	283.701

1992	<b>410.910</b>	72.063	50.201	27.462	261.184
1993	<b>439.801</b>	73.925	51.419	28.345	286.112
1994	<b>463.240</b>	76.130	54.953	28.703	303.454
1995	<b>510.377</b>	72.623	56.703	28.686	352.365
1996	<b>513.842</b>	78.077	58.294	30.123	347.348
1997	<b>573.900</b>	86.387	60.537	34.935	392.041
1998	<b>651.353</b>	89.160	67.888	39.317	454.988
88/98 (%)	<b>64,8</b>	54,5	41,6	54,1	72,3

---

Fonte: MEC/INEP/SEEC  
Disponível em  
[www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br)

---

Se considerarmos as reformas que ocorreram ao longo das décadas de 80 e 90, o advento da Constituição de 88, seguida pela descentralização das políticas sociais aos Estados e Municípios, a vinculação de recursos às políticas de Saúde e Educação Básica e a manutenção da concentração de competências fiscais na União, estes dados acima apontam para um grande problema de financiamento gerado pela expansão do ensino superior nos estados sub-nacionais, sem a co-participação do Governo Federal.

O crescimento das universidades estaduais precisa ser entendido a partir de um contexto de ampliação das responsabilidades sociais dos entes federativos, o que coloca o ensino superior como um custo adicional à governança local/regional, mas, também precisa ser entendido como estratégia de afirmação das forças políticas regionais/locais. Não por acaso, as realidades das universidades estaduais<sup>1</sup>, são muito próximas tanto no que diz respeito às insuficiências de estruturas de ensino, pesquisa e extensão, quanto no que esta vulnerabilidade de financiamento significa em termos de captura da universidade por interesses políticos exógenos à sua finalidade.

---

<sup>1</sup> É preciso ressaltar o fato de que as condições das universidades estaduais, no geral, não se aplicam às condições das estaduais paulistas, que possuem outra dinâmica por se encontrarem no centro do Capitalismo Industrial, dispondo de recursos incomparavelmente maiores que aqueles a que têm direito as demais universidades estaduais e por estarem ligadas a burguesia industrial enquanto as universidades do interior do país estão vinculados a grupos políticos oligarquizados, ligados aos interesses do capitalismo baseado no Agro-negócio, nas classes rurais tradicionais ou metamorfoseadas de modernidade.

A despeito das vicissitudes que integram a construção da universidade, a posição fronteiriça entre a Sociedade Política e Sociedade Civil, permite a esta instituição uma riqueza de elementos que nenhuma outra poderia oferecer. Ela pode dar contribuições muito significativas e abrangentes, pois, conta com elevado capital intelectual, expresso em seus quadros profissionais que dificilmente encontraremos em outro espaço. De outro lado, ela pode dinamizar a correlação de forças em favor dos interesses da maioria da sociedade, trazendo para os espaços públicos conteúdos éticos, estéticos e culturais, seja na formação de profissionais, seja produzindo saberes que respondam às necessidades sociais, estimulando os processos participativos em projetos que venha desenvolver. Nesse sentido, a vocação da universidade deve ser a liberdade. Não a liberdade do liberalismo, da desresponsabilização com a coisa pública, do individualismo oportunista e atomizado. Mas, a liberdade ética, na qual se assuma coletivamente a responsabilidade sobre sua história. Para isso, a universidade precisa ela própria ser conduzida de forma democrática e transparente, imbuída da profunda responsabilidade de elevar a cultura de seu tempo e de transformar suas experiências institucionais em cada ação, em cada espaço, em processos pedagógicos de liberdade. Tudo isso sem excluir a contradição e o conflito; dando qualidade aos embates para nos permitir responder aos desafios de nosso tempo, nos colocando a frente dele.

Cristóvam Buarque atribui à Universidade uma dimensão libertária, uma instituição que, por natureza, busca liberação do homem de todas as formas de opressão, ou impedimento à liberdade. Para ele a Universidade pode contribuir de 03 maneiras para a realização humana:

*"... avanço técnico-científico, comprometido com a busca de maior eficiência na dominação da natureza, para ampliar o bem-estar e conquistar tempo livre, graças à redução do trabalho social necessário à sobrevivência do conjunto da sociedade;*

*- prática constante das atividades estéticas em todas as áreas das artes...;*

*- definição e exercício de ética de propósitos e prática na condução do processo histórico, corrigindo os freios no avanço da liberdade tais como: distribuição desigual, entre os indivíduos, da liberdade social e dos seus benefícios; ameaça*

*pela ganância das gerações presentes, do equilíbrio ecológico necessário para viabilizar o projeto de liberdade nas próximas gerações.” (1989: 12)*

Uma universidade assim só é possível com esforço institucional. Ela não acontece *per si*, no espontaneísmo ou no voluntarismo dos indivíduos que queiram fazê-la. Construir uma universidade produtora de C&T, que contribua para elevação cultural, para a liberdade e que seja ela própria um espaço ético libertário, exige fortes recursos institucionais, principalmente, capacidade de planejar sua ações, mais ainda quando o grande nó crítico para sua construção é o estrangulamento financeiro, a não responsabilização do Governo Federal e os interesses políticos que capturam a universidade e a escravizam. Mas, o Planejamento deve ser entendido não como estrutura na burocracia, mas, como prática e cultura que deve se fazer presente em todas as ações institucionais, em todas as unidades.

Planejamento não significa a elaboração de um plano tecnicamente perfeito, disposto em alguma prateleira, sob uma bela capa dura. Planejamento é um processo técnico e político que envolve a *práxis*, a ação política revestida de intencionalidade, cuja mediação exige a técnica, mas, não se basta nela. É preciso romper com a visão tradicional do planejamento normativo e tecnicista, que destitui o caráter eminentemente político e dialógico do ato de planejar.

Uma instituição com o potencial que tem a Universidade, em especial a UNEMAT, deve possuir capacidade de relacionar-se de forma crítica e propositiva com todos os setores da sociedade sem, contudo, perder de vista a Autonomia<sup>2</sup>, esse relacionamento implica a convivência com o outro, com o diferente, situações de

---

<sup>2</sup> “A autonomia compreende, basicamente, a autonormatização, o autogoverno e a auto-organização, com vistas às atividades-fins da universidade, quais sejam: o planejamento de suas atividades e de seu desenvolvimento institucional; a regulamentação do estudo e do ensino nos limites da legislação em vigor (...); a criação e a dissolução de cursos e de unidades acadêmico-administrativas; o livre estabelecimento de relações de intercâmbio científico e cultural com instituições nacionais e estrangeiras; o estabelecimento de contratos e convênios, visando a realização de pesquisas ou cursos especiais.” (INFORMANDES. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. ANDES-SN. Ano X, nº 93. Agosto/setembro, 1999. Encarte: Autonomia. Proposta da Diretoria da ANDES para a Universidade Autônoma. p. 9)

conflito e a contradição persistente de construção de um projeto que se antagoniza com o que está posto. A universidade precisa construir sínteses que possam elevar as relações sociais a um outro patamar: mais respeitoso, mais comprometido com a coletiva, mais disposto a convivência, mais democrático, onde o conhecimento não tenha fim estritamente funcional à cultura do individualismo consumista.

Nada disso ocorre na UNEMAT de hoje, ao contrário, temos um ambiente extremamente anti-democrático, as relações profissionais estão profundamente deterioradas e o adoecimento por fatores emocionais tem sido um fenômeno cada vez mais constante entre os professores.

As relações, a cultura e os mecanismos de participação (ou de veto a participação) não correspondem a realidade de uma universidade que tem grande importância no cenário regional. Dados oficiais<sup>3</sup> informam que são mais de 10 mil alunos, onze campi, 82 cursos, quase quinhentos técnicos do ensino superior, cerca de 660 professores concursados, destes temos 119 doutores, 328 mestres e 51 professores afastados para doutorado, neste ano de 2008 a UNEMAT deve fechar o seu orçamento na casa dos 100 milhões de reais, oriundos de fontes do Tesouro do Estado. Como é possível pensar todo esse potencial de realização com uma cultura de baixa responsabilização institucional, baixo nível organizacional e poucos estímulos positivos ao desenvolvimento das carreiras, da pesquisa, do ensino e, especialmente, da participação da comunidade nos destinos dessa universidade?

Pensando nisso, a prioridade máxima da UNEMAT deve ser o de construir arranjos institucionais que permitam a participação democrática<sup>4</sup> na gestão da universidade, o controle público sobre seus fins, garantindo que os espaços de

---

<sup>3</sup> Anuário Estatístico 2007. Universidade do Estado de Mato Grosso, Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. Cáceres, 2007.

<sup>4</sup> Necessário se distinguir a participação delegativa que hoje permeia as relações na UNEMAT, cujo termo foi atribuído por Guillermo O'Donnell em seu famoso e clássico ensaio: Democracia Delegativa? In: Novos Estudos CEBRAP, São Paulo: 1991, daquele que denominamos Democracia Participativa, termo atribuído por Pateman, no seu também clássico trabalho sobre a Democracia. Ver : PATEMAN, Carole. Participação e Teoria Democrática. São Paulo, Paz e Terra, 1987

tomada de decisão sejam também espaço de aprendizado político e acadêmico. A estrutura da administração deve ser composta por órgãos colegiados e executivos, sendo o poder de deliberação destes subordinado ao dos colegiados. É necessária a existência de estatutos e regimentos elaborados e aprovados em processos democráticos. Para tanto, devem ser realizados Congressos Estatuintes com a participação paritária dos segmentos.

Para fazer isso a UNEMAT precisa afirmar convicções que são fundamentais e que devem perpassar as suas estruturas, seus colegiados seus estatutos, mas, fundamentalmente sua cultura e suas práticas:

- 1) Democratização das decisões institucionais
- 2) Responsabilização dos agentes de direção e dos indivíduos
- 3) Despersonalização do poder, através de decisões colegiadas e execução em equipe em todos os níveis de gestão;
- 4) Respeito às relações institucionais e decisões colegiadas;
- 5) Autonomia e liberdade à organização da produção acadêmica, artística, cultural.

### **3. PROPOSTAS.**

#### **3.1. Ampliação da Participação Social nos Espaços de Deliberação Superior.**

- 3.1.1. Instituir, imediatamente, o Conselho Curador, com representação da Reitoria, segmentos Docente, Discente e Técnicos, bem como representação do Governo e da Sociedade Civil, garantindo que a universidade exerça o princípio democrático de se submeter, como organização pública estatal, ao controle social;



- 3.1.2 Alterar a Lei 319, para a ampliar a composição do Conselho Curador, passando a incluir representação de instituições públicas de Ensino e Pesquisa que atuam no Estado, desde que não sejam órgãos da administração estadual, representantes dos movimentos sociais ligados a defesa do meio ambiente e minorias étnico-culturais.
- 3.1.3 Reforçar, nos estatutos da Universidade, o importante papel do Congresso Universitário, como espaço de Deliberação Máxima da Universidade, conforme preconiza a Lei no. 319 , de 30/06/2008, com ampla participação da comunidade acadêmica, da sociedade civil e do poder público, devendo ocorrer a cada 05 anos.
- 3.1.4 **Implantação do orçamento participativo** em todos os níveis da administração (reitoria, campi e departamentos). A Unemat deve propiciar o mais amplo debate e participação na definição das origens e aplicação dos recursos, bem como na eleição das prioridades institucionais. O orçamento participativo é um instrumento ideal de gestão democrática, hoje utilizado nas democracias mais consolidadas.

### **3.2. Democratização da estrutura dos Conselhos**

A UNEMAT instituirá a separação das funções e poderes Legislativo e Executivo no seu interior, como forma de democratizar os espaços de decisão colegiada ampliando a participação na gestão, especialmente no nível da direção superior, garantindo que o planejamento e sua execução sejam processos de ampla participação e co-responsabilidade da comunidade acadêmica, superando a cultura de delegação aos cargos gestão, o monopólio da função planejamento. Desse modo, respeitadas as funções previstas no Art. 4º da Lei 319 e, o que prevê a Lei Federal nº 9.394 de 20.12.96, em seu artigo 70, propomos:

- 3.2.1. Os Conselhos na UNEMAT devem ser compostos por representantes das unidades de Ensino, Pesquisa e Extensão, eleitos por seus pares em suas respectivas unidades;

- 3.2.2. O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONEPE e o Conselho Universitário – CONSUNI, terão seus membros eleitos para exercer mandato de conselheiro, não devendo acumular cargos de gestão e mandato de Conselheiro, salvo nos casos de Reitor, Pró-reitor de Pesquisa, Pró-reitor de Ensino para o CONEPE e Reitor, Vice-reitor e Pró-reitor de Administração e Finanças para o CONSUNI, que serão representantes natos nestes conselhos.
- 3.2.3. O CONEPE e o CONSUNI criarão em seu interior Câmaras Setoriais, de caráter técnico-científico e não deliberativo, responsáveis pela apreciação das matérias a serem deliberadas pelo respectivo Conselho, cabendo às estas Câmaras a apreciação consubstanciada em relatório que indique o resultado dos estudos sobre a matéria, viabilidade técnico-financeira, adequação às políticas da universidade, adequação jurídica. Os relatórios das Câmaras Setoriais subsidiarão as decisões dos Conselhos, devendo esses relatórios ser antecipadamente encaminhados para apreciação dos conselheiros.
- 3.2.4. As Câmaras Setoriais serão compostas por membros dos respectivos conselhos e contará com assessoria técnica e condições adequadas para o funcionamento que deverá ser garantido pela reitoria.
- 3.2.5. As Câmaras Setoriais poderão propor ao Conselho, dentro de sua competência, temas e políticas gerais desde que estas não impliquem custo financeiro às unidades de execução.
- 3.2.6. A reitoria, composta pela Vice-reitoria, assessorias e Pró-reitorias, tem a prerrogativa privativa de encaminhar planos, programas e projetos que impliquem custo financeiro à universidade, para apreciação dos Conselhos, cabendo a estes as alterações e ajustes que se fizerem necessários, dentro de sua competência institucional.
- 3.2.7. A criação e extinção de cursos, campi e unidades de ensino, pesquisa e extensão devem obedecer ao que dispõe o artigo 56, parágrafo 5º, da Lei 9.394, de 20.12.96 além de critérios adicionais definidos pelo CONEPE e CONSUNI, cuja deliberação somente será feita após apreciação do mérito

e estudos de viabilidade técnico-científico e financeira pelas Câmaras Setoriais, seguido de amplo debate nas instâncias de deliberação.

3.2.8. A atividade de Conselheiro é considerada de relevância pública, por compor a direção do Governo da Universidade, devendo ter precedência sobre as demais atividades e compor o Plano de Atividades dos Docentes e Técnicos que exerçam tal função, prevendo tempo de dedicação às atividades de Conselheiro, com desoneração ou liberação de atividades concorrentes.

3.2.9. Aos conselheiros representantes do segmento estudantil não serão imputadas sanções quando suas faltas se justificarem pelas atividades de Conselheiro, devendo este registrar sua condição de conselheiro no Conselho do Departamento.

3.2.10. A função precípua dos conselhos é garantir a participação da comunidade acadêmica no planejamento das ações. A UNEMAT deve ser pensada e discutida a longo prazo, eliminando a figura cultural do imediatismo e das benesses pessoais. A UNEMAT, assim como toda instituição educacional é a casa do saber, onde deve ser fomentadas as discussões e o pensar, na busca de solidificar proposta viáveis na formação de uma sociedade mais justa, crítica, livre e solidária, voltada para a preservação e melhoramento do meio ambiente na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Dessa forma, o planejamento aqui sugerido, não é apenas financeiro, mas trata-se de um instrumento norteador de ações e perspectivas da universidade, elaborado com a participação e comprometimento de toda a comunidade acadêmica.

3.2.11. A direção da UNEMAT, deve se pautar pelos princípios da gestão democrática que pressupõe transparência nas ações. Nesse sentido, os relatórios de gestão, bem como, os demonstrativos contábeis são fundamentais para redução da assimetria informacional, ao mesmo tempo em que capacita para a participação democrática e intervenção nas decisões sobre os rumos da

universidade. Portanto, é **obrigatória** a publicização das contas e ações de cada unidade político-administrativo da Unemat.

3.2.12. Para avaliação da gestão, da aplicação dos recursos pela comunidade acadêmica, do desempenho das atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como das condições para sua realização, a UNEMAT instituirá Comissão Permanente de Avaliação Institucional. Os resultados dessas avaliações serão expressos em relatórios circunstanciados sobre aspectos econômicos, financeiros, sociais e científicos, os quais possam subsidiar discussões com a comunidade, através da instituição de audiências públicas que envolva a comunidade interna e externa.

### **3.3. Descentralização e Fortalecimento das áreas de Conhecimento: Conselho de Centro, Centros e Institutos, Conselhos de Departamento, Departamentos, Cursos.**

A ampliação da democracia na UNEMAT deve ser aliada a um amplo processo de responsabilização, promovendo para isso a participação em todos os níveis de gestão acadêmica, organizando condições para o trabalho docente e técnico e assunção de responsabilidades mútuas em todos os níveis, ao mesmo tempo em que oferece ricas possibilidades de processos pedagógicos de aprendizado político envolvendo também os estudantes. É nesse sentido que são pensados os Colegiados, os Centros, os Institutos e os Departamentos, como segue:

**3.3.1. Os Centros** - são unidades de articulação dos planos, programas e projetos de áreas afins que reúnem vários departamentos, localizados em uma determinada região/campus, cujos objetivos são:

- i) promover esforços conjuntos para melhoria da qualidade do ensino em sua respectiva área;
- ii) normatizar as relações institucionais dentro da área para o uso de equipamentos comuns: laboratórios, biblioteca, museus, etc,
- iii) manutenção de estruturas comuns, procedimentos administrativo-científico-pedagógicos comuns etc),
- iv) priorizar investimentos na área e departamentos, a partir de programas de pesquisa e pós-graduação que integrem diferentes departamentos da área e potencialize o uso de recursos econômicos, de pessoal e demais recursos institucionais.

O espaço de deliberação das políticas do Centro é o **Conselho de Centro**, constituído por representantes eleitos: docentes, técnicos, estudantes dos departamentos que o compõe e representantes dos Institutos a ele vinculados. O coordenador de Centro é o articulador da política do Centro, responsável pela organização dos recursos institucionais para a implementação das políticas definidas pelo Conselho, contando com equipes de trabalho que envolve: equipe técnica de apoio e, professores dos departamentos, cujas responsabilidades são partilhadas no âmbito das deliberações do Conselho de Centro.

**3.3.2. Os Institutos** - são unidades vinculadas aos Centros, que congregam docentes e pesquisadores dos diferentes departamentos do Centro e de outros centros/campi e instituições externas, o que significa democratizar a universidade também no âmbito da produção do conhecimento. São objetivos dos institutos:

- i) Planejamento e execução de programas e projetos coletivos de pesquisa multi/interdisciplinar e interinstitucional, de interesse do respectivo Centro ao qual se vincula e dos professores/pesquisadores que se associam para constituí-lo;
- ii) o desenvolvimento de projetos especiais de Educação Permanente envolvendo grupos sociais e categorias profissionais relacionados às temáticas de atuação do Instituto;
- iii) programas de pós-graduação vinculados à atividade de pesquisa do Instituto.

**3.3.3. Departamento** - é a subdivisão da grande área de conhecimento que compõe um Centro. Agrega professores de uma mesma sub-área (matemática, geografia, direito, etc..), que reúne disciplinas afins e conta com equipe de apoio técnico-administrativo suficiente à gestão dos meios de administração geral, necessários ao seu funcionamento.

Cabe aos departamentos o planejamento e execução de planos, programas e projetos de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão, que envolvam os interesses de sua sub-área, bem como a organização do trabalho docente nas diferentes frentes de atuação do departamento, expresso nos respectivos planos de trabalho docente.

**3.3.4. Cursos** são programas de ensino sob responsabilidade de 01 ou mais departamentos, dentro de um mesmo Centro.

**3.3.5. O colegiado** de departamento é a instância de deliberação do planejamento e acompanhamento da execução das políticas departamentais, devendo ser composto por membros eleitos, representantes dos segmentos existentes no departamento: estudantes de cursos de graduação e pós-graduação, professores e técnicos lotados no departamento

Os colegiados são unidades de planejamento, de pactuação de interesses nos mais diversos níveis de política acadêmica e, uma vez deliberada, delegam a cada unidade executiva a autonomia necessária para implementar seus planos e ações, sendo garantida as condições mínimas de financiamento e recursos institucionais que permitam às unidades a consecução de seus fins.

### **3.4. Descentralização da Gestão Orçamentária e Financeira como estratégia de fortalecimento do Ensino Pesquisa e Extensão.**

3.4.1. As políticas gerais da Universidade, os estatutos e regimentos que normatizam a vida acadêmica, garantirão a descentralização, a autonomia e a liberdade das Unidades de Ensino, Pesquisa e Extensão; sem perder de vista o papel de coordenação e articulação geral que devem ter as instâncias superiores, para o desenvolvimento institucional, a implementação de mecanismos de incentivo à qualificação e avaliação docente, a melhoria da qualidade de ensino, o desenvolvimento da pesquisa e extensão, da pós-graduação, a integração entre os campi, bem como a instituição de mecanismos de cooperação interinstitucional com organizações regionais, nacionais e internacionais no campo da C&T e das artes.

3.4.2. A Administração Central deve implementar mecanismos de coordenação, execução e avaliação dos planos, programas e projetos institucionais, de modo a promover a articulação entre as unidades, ao mesmo tempo em que garante a autonomia da gestão acadêmica dos Departamentos, dos Centros e Institutos, com vistas aos resultados institucionais desejados e aprovados pelas instâncias superiores.

3.4.3. O financiamento interno das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão e das unidades de gestão, deve ser fixado por Resolução aprovada pelo CONEPE e homologado pelo CONSUNI, não cabendo *ad referendum* sobre esta matéria.

3.4.4. Para a descentralização da gestão orçamentária e financeira no âmbito das unidades da UNEMAT (centros, institutos, deptos) se estabelecerão critérios de repartição dos recursos para as atividades finalísticas e de gestão, devendo levar em conta o planejamento institucional integrado, priorização das atividades finalísticas, o fortalecendo as áreas de conhecimento: Departamentos, Centros e Institutos em cada região/campus e dentro dessas áreas devem se considerar entre outros critérios:

- a) N. de Alunos de graduação
- b) N. de alunos de pós-graduação
- c) N. de professores
- d) N. de professores em Dedicação Exclusiva
- e) N. de professor doutor
- f) N. de professor Mestre
- g) N. de projetos de pesquisas em andamento;
- h) Resultados das pesquisas realizadas (num período a ser determinado pelos regimentos)
- i) Cursos implantados e necessidades de infra-estrutura
- j) Existência de Unidades complementares de ensino e pesquisa (museu, biblioteca, etc.)

#### **4. Resumo**

Este documento discute a universidade do ponto de vista de seu papel numa sociedade desigual, onde ela própria se coloca como parte dos instrumentos de promoção dessa desigualdade. Faz reflexões sobre o lugar das lutas que ocorrem no espaço dessa instituição, situada na fronteira entre Sociedade Civil e Sociedade Política, para utilizar termos gramscinianos.

No percurso dessa reflexão aponta a necessidade de trazer para as práticas e a cultura da universidade, possibilidades libertárias. Onde os sujeitos envolvidos na construção da universidade, tomem para si a responsabilidade de fazê-la.



Identifica na UNEMAT mecanismos que impedem essas possibilidades e, desse modo, apresentada uma série de propostas de ampliação da democracia na UNEMAT, através de processos de descentralização das estruturas e do financiamento, da ampliação dos espaços de tomada de decisões no planejamento e execução das políticas e da participação nos colegiados, procurando resignificar o seu papel.

## **5. Autores:**

Anézio Martins Santana (Sinop)  
André Milhomem (Colider)  
Dirceu da Silva (Sinop)  
Denizalde Jesiél Rodrigues Pereira (Sinop)  
Domingos Sávio Garcia (Cáceres)  
Edir Antonia de Almeida (Cáceres)  
Egeslaine (Colider)  
Enoque Jonatas Ferreira Paulino dos Santos (Tangará da Serra)  
Edna Luzia Almeida Sampaio (Cáceres)  
Ilma Ferreira Machado (Cáceres)  
Ivone Cella da Silva (Sinop)  
Ilza Nunes da Cunha Polini (Sinop)  
Jaqueline Pasuch (Sinop)  
João Ivo Puhl (Cáceres)  
Josete Cangussu (Tangará da Serra)  
Julio César dos Santos Brandão  
Kilwangy kya Kapitango-a-Samba (Barra do Bugres)  
Leandra Inês Segarfrdo Santos (Sinop)  
Leni Hack (Cáceres)  
Marcos Fábio da Silva (Sinop)  
Maria de Fátima Castilho (Sinop)  
Maria Ivonete de Sousa (Sinop)  
Maria Madalena de Lima Silva  
Marinês da Rosa (Tangará da Serra)  
Otávio (Cáceres)  
Paulo Alberto Vieira (Cáceres)  
Raimundo Nonato Cunha de França (Tangará da Serra)  
Raquel (Colider)  
Regis Queiroz Gonçalves  
Selmo Ribeiro Figueiredo Jr.  
Tiago Oliveira (Sinop)

